

# **Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais<sup>1</sup>**

*Negotiating visibilities: secret and desire in  
male homoerotic relations created via digital media*

**Richard Miskolci**

*Sociólogo, professor da Universidade Federal de São Carlos  
Pesquisador Associado ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – UNICAMP  
ufscar7@gmail.com*



## Resumo

A partir do contraste entre uma incursão etnográfica em San Francisco e uma longa etnografia na cidade de São Paulo este artigo explora como as formas que os sujeitos encontram para gerir a visibilidade de suas vidas íntimas e sexuais têm relação intrínseca com as demandas morais dos locais em que vivem. No caso brasileiro, trata-se de uma experiência que molda as vidas dos sujeitos não-heterossexuais que buscam gerir o ocultamento ou a visibilidade de suas relações com pessoas do mesmo sexo evitando formas de violência e discriminação ao mesmo tempo mantendo laços familiares, segurança profissional e no espaço público.

Palavras-Chave: Armário/assumir-se. Visibilidade/ocultamento. Segredo. Insegurança. Discriminação.

## Abstract

Contrasting an ethnographic incursion in San Francisco and a long ethnography in the city of São Paulo this paper explores how the ways the subjects find to manage the visibility of their intimate and sexual lives have a deep relation with the moral demands of the place in which each of them live. In the Brazilian case, it is an experience that molds the lives of non-heterosexual subjects that try to manage the covering or visibility of their relations with persons of the same sex avoiding forms of violence and discrimination keeping – at the same time – family ties, safety in their professional environment and in public space.

Keywords: Closet/coming out. Visibility/covering. Secret. Insecurity. Discrimination

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta resultados parciais de duas pesquisas articuladas, uma, em São Paulo, desenvolvida como Bolsa Produtividade do CNPq e outra, em São Francisco, financiada pela FAPESP, na modalidade Bolsa de Pesquisa no Exterior, um pós-doutorado vinculado ao Departamento de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia, Campus Santa Cruz.

São seis horas da tarde, em um típico dia de inverno paulistano, e chego no café para encontrar Bruno.<sup>2</sup> Conhecendo-o apenas pela internet, temo ter dificuldade em reconhecê-lo face a face ou confundi-lo com outra pessoa, mas assim que me sento, em uma mesa mais isolada, vejo-o entrar. Ele me reconhece também e vem em minha direção. O primeiro contato é acanhado, um pouco constrangido, mas quebramos o gelo fazendo o pedido para a garçonete, depois com algum comentário sobre o dia frio. Bruno é um dos meus colaboradores na etnografia que desenvolvo, desde fins de 2007, com usuários homens adultos que, em segredo, usam mídias digitais em busca de parceiros amorosos e sexuais. Assim como os outros, ele tem mais de trinta anos, é branco, de classe-média e com nível universitário.<sup>3</sup> Bruno, na época, tinha 31 anos, é descendente de italianos e nasceu em uma família católica do sul de Minas Gerais, mas morava há cerca de 5 anos em São Paulo, quando o conheci.

Ele comenta que sou exatamente como imaginava e eu retribuo a observação. *“Muita gente é diferente ao vivo e quando o encontro tem segundas intenções, é muito decepcionante”* – acrescentou ele, rindo. Não era o caso ali, depois de mais de um mês de contato online, Bruno sabia meu nome completo, onde trabalho, que sou sociólogo e pesquiso o uso de mídias digitais por homens que – como ele – levam uma vida social e familiar hétero, mas – em segredo – mantêm relações amorosas e/ou sexuais com outros homens. Em meio a um contexto conturbado, em que mantinha uma namorada enquanto saía com um rapaz, Bruno passou a confidenciar a mim suas incertezas e seus dilemas morais. Assim, naquele fim de dia, quando nos encontramos pela primeira vez pessoalmente, já sabíamos muito um do outro.

Pergunto se ele está melhor, já que uma das razões para ter aceito me conhecer pessoalmente tinha sido sua necessidade de *“dividir com alguém”* a sensação de pressão constante sob a qual tem vivido. Ele diz que *“está levando”* e que nossas conversas lhe têm feito bem. Agradeço e reforço o compromisso de manter seu anonimato. Assim, começamos uma longa conversa, em que ele me conta sobre como só saía com mulheres, até que, por meio da internet, começou a marcar encontros com outros homens no final da década de 1990. Faz isso desde então, namorando abertamente apenas com mulheres, mas intercalando ou associando a essas relações, conhecidas por familiares e colegas de trabalho, casos esporádicos – ou mesmo duradouros – com outros homens.

---

<sup>2</sup> Troquei todos os nomes de meus colaboradores para preservar seu anonimato.

<sup>3</sup> A etnografia começou em fins de 2007 e envolveu entrevistas em profundidade com 13 homens, dos quais quatro tornaram-se meus colaboradores na pesquisa desde então. Para uma melhor caracterização de meu campo consulte MISKOLCI, 2013.

Bruno tenta ser monogâmico com suas namoradas, as quais – de um “jeito diferente” – diz gostar e respeitar. Ao mesmo tempo, diz sentir atração por outros homens, com os quais realiza encontros apenas em segredo, porque vem de uma família tradicional e tem uma profissão conservadora. Inicialmente, ele diz que buscava sair com caras apenas entre um relacionamento e outro, mas que nem sempre consegue separar as coisas. Mesmo namorando uma mulher, ele busca também rapazes, mantém perfis em sites de busca de parceiros do mesmo sexo e, na época, também usava bate-papos gays e bissexuais, os quais recentemente disse ter abandonado, priorizando o uso de aplicativos geolocalizados, como Grindr e Scruff em seu *smartphone*.

Em seus perfis, nas diferentes plataformas, mantém fotos que permitem ver apenas seu torso e afirma buscar relações discretas, com outros homens “*fora do meio gay*”, segundo ele porque não quer se relacionar com caras que vivem no circuito das boates. Bruno busca um cara como ele: “*decente*” e “*família*”, para algo discreto. Conta que seu círculo social, na família, no trabalho e na pós-graduação, é predominantemente hétero e que se sente feliz nele. A forma como fala da família deixa claro que é bem vinculado a ela.

Alguns anos depois, a cena parece se repetir, mas estou em San Francisco, aguardando em um café da Market Street por um colaborador de minha incursão etnográfica na cidade norte-americana. Craig chega um pouco depois do combinado. É um advogado nascido em uma família branca, católica e de classe-média de New Jersey, tem 33 anos e mora na Califórnia há 4 anos. Descendente de italianos, Craig afirma que gosta da vida em San Francisco, em especial no Castro, mas que tem consciência de que a aproveita melhor porque é branco, de origem social privilegiada e próximo da faixa etária em torno da qual gira o erotismo gay local. Mas acrescenta: “*claro que, para algumas pessoas, meu tipo físico pode parecer judeu.*” Na conversa com esse morador do provável bairro gay mais famoso do mundo, vejo reiteradas as observações da maioria de meus colaboradores, desde que cheguei à *Bay Area*: a vida gay ali é boa, desde que você seja branco, jovem, malhado, masculino e, claro, tenha uma boa renda.

Craig vive uma vida gay relativamente aberta, mostra o rosto em seu perfil no aplicativo de busca de parceiros, o já citado Grindr, mas diz evitar fechar-se no Castro. “*Muitos dos meus amigos aqui não convivem com heterossexuais nem têm amigas mulheres!*” Pergunto como a família dele lida com sua sexualidade e ele diz que bem, mas não falam muito sobre isso, seus pais parecem mais interessados no seu sucesso profissional como advogado de

um importante banco. Assim como Craig, descobri em várias entrevistas que a imagem muito veiculada ou presumida no Brasil, dos gays americanos como todos *out and proud* (assumidos e orgulhosos), nem sempre condiz com o observado empiricamente.

A maioria dos homossexuais americanos que conheci tem formas diferentes e variadas de manipular publicamente sua sexualidade. Os mais pobres, não-brancos, imigrantes ou com origem latina, por exemplo, parecem mais propensos a manter uma imagem heterossexual presumida na família e no trabalho. Além disso, a busca de um parceiro discreto ou masculino não aciona o mesmo imaginário social aqui na Costa do Pacífico. Pergunto a Craig por que diz, em seu perfil, procurar alguém “*fora do meio gay*”, se vive no Castro e mostra o rosto no Grindr. A resposta dele me surpreende, mas corrobora o fato de a mesma expressão pode significar coisas muito diferentes, de acordo com o local e a cultura em que se insere. Craig busca alguém “*out of the scene*” (fora do meio), segundo suas próprias palavras: “*porque procuro um cara que não viva nos bares, saindo toda noite*”.

Explico para Craig como, no Brasil, a mesma expressão pode significar que procura um homem “no armário”, até com companheira mulher. Ele ri e diz que acha caras no *down low creepy*, ou seja, considera duvidosos moralmente homens que buscam sexo com outros homens em segredo. *Down Low*, ou sua abreviatura mais comum no Grindr, DL, é uma expressão americana que evoca um termo acionado em meu campo em São Paulo, a saber o “no sigilo” ou “na encolha”, ou ainda o altamente problemático termo HSH (homem que faz sexo com homens), categoria criada pela epidemiologia para alocar homens que não se identificam como gays, mesmo se relacionando com outros homens (PELÚCIO e DUQUE, 2010).

Até recentemente, boa parte da produção acadêmica estadunidense racializava e patologizava o *down low*, já que a maior parte dos estudos o associavam com homens negros ou imigrantes e buscavam vinculá-lo à prática de sexo sem camisinha e, daí, com a incidência de hiv/aids. Hoje em dia, já há estudos na área de saúde que mostram não haver evidência de que homens que buscam sexo em segredo com outros homens façam sexo desprotegido e tampouco coloquem em risco suas parceiras mulheres (BOND et alli, 2009). E como pude eu mesmo constatar em minha incursão de sete meses em San Francisco, é forte a presença de perfis DL nos aplicativos de busca de parceiro nos celulares que não permitem uma associação tão clara com nenhuma origem racial específica.

Muitos dos perfis que buscam DL são de homens com perfil social similar ao dos meus colaboradores em São Paulo, comprometidos com mulheres ou que, simplesmente, não se identificam como gays. Larissa Pelúcio e Tiago Duque analisam como esses homens se tornaram alvo nas políticas de prevenção às DSTs na categoria homens que fazem sexo com homens (HSH). Acrescentaria que especialmente porque não aderem ao *script* do “sair do armário” e não adotam uma identidade homossexual, o que deveria não nos levar a julgá-los, como observam Pelúcio e Duque, antes tentar compreender “*por que o segredo ainda parece para muitas pessoas uma estratégia para viver seu desejo*” (PELÚCIO e DUQUE, 2010, p. 10).

As duas entrevistas feitas em contextos nacionais tão diversos permitem contrastar experiências de dois homens brancos, de origem italiana, vindos de famílias católicas, profissionais liberais que migraram de cidades menores para metrópoles, com reconhecidos circuitos de sociabilidade e consumo voltados para um público homossexual. Bruno adora São Paulo, tanto quanto Craig gosta de San Francisco, ambos relatam ter desenvolvido relações com outros homens mais satisfatórias nesses contextos metropolitanos, assim como buscam parceiros “fora do meio”; o brasileiro com o principal objetivo de manter suas relações homossexuais em segredo e o americano em busca de alguém mais caseiro. Ambos, de formas muito diferentes, usam o mesmo aplicativo para celular de forma a buscar, de maneira seletiva, com quem se encontrarão, Bruno buscando um cara “família” e Craig, um cara que não viva na boemia.

Gostaria de chamar a atenção para uma distinção fundamental: como cada um associa o segredo sobre a homossexualidade com um universo moral muito diferente. Enquanto, para o brasileiro, um “homem de verdade” mantém uma vida heterossexual na família, no trabalho e no espaço público e, assim, como “cara família”, leva suas relações com outros homens de forma discreta e em segredo, para o americano, essa forma de viver é associada a um caráter duvidoso, “assustador” (*creepy*), pois – na sua perspectiva – um homem honesto está “fora do armário”. Para o americano, é como se a honestidade e a verdade só pudessem existir a partir de uma identidade homossexual assumida e vivida no cotidiano e no espaço público; para o brasileiro, o que se passa é o oposto, a honestidade e a verdade residem na manutenção das relações com outros homens em relativo segredo, de forma a respeitar a expectativa familiar e social da heterossexualidade no espaço público.

Evitemos julgá-los e voltemos nossa atenção ao enquadramento social em que cada um vive e como suas visões sobre o que deve ser visível ou ocultado

responde a ele. Em São Paulo, não existe nada similar ao Castro, não apenas como bairro gay, um enclave urbano, mas sobretudo como um espaço cultural, consolidado há décadas por um sentimento comum de pertencer a uma identidade sexual. Não que isso seja algo desejável ou possível fora dali, pois se trata de uma excepcionalidade norte-americana, na qual formas de identificação relacionadas a estilo de vida costumam seguir um modelo étnico-racial.<sup>4</sup>

Em outras palavras, Craig é um gay relativamente assumido porque vive em uma sociedade que lhe dá condições, mas também o incita a isso. Afinal, nos Estados Unidos da América e ainda mais em San Francisco, espera-se que um homem que se relaciona sexualmente com outros homens seja “honesto e verdadeiro”, assumindo-se (*coming out*) como homossexual. Assumir-se, por mais que pareça, não é uma decisão individual e autônoma, mas culturalmente disponível e esperada. Craig, ao mudar para San Francisco e “escolher” morar no Castro, passou a viver em um local cujo vínculo aglutinador é a homossexualidade como estilo de vida gay. Mas há formas muito diversas, mesmo nos Estados Unidos, de vivenciar os desejos e as práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo e a forma gay é apenas a socialmente mais (re)conhecida, politicamente articulada e comercialmente mais explorada.

Bruno, por sua vez, vive no Brasil e, inserido em nossa cultura, não deseja – aliás teme – ser reconhecido socialmente a partir das suas relações com outros homens, por várias razões: pelas prováveis/possíveis consequências negativas em sua área profissional, pela ausência (e talvez mesmo a não desejabilidade) de uma identificação como “gay” em um país, em que isso não confere reconhecimento ou acolhimento por um grupo social e, sobretudo, porque teme o conflito com os pais e/ou o rompimento dos laços familiares. Manter suas relações com outros homens em segredo, portanto, não é uma decisão individual e autônoma, antes algo esperado socialmente. Em outras palavras, sua forma de vivenciar seus desejos e práticas sexuais responde a um contexto muito diverso do de Craig.

Ainda que algumas metrópoles brasileiras, como São Paulo, tenham consideráveis circuitos de sociabilidade e consumo voltados para um público homossexual, eles não constituem “comunidades” no sentido norte-americano, portanto, não provêm o mesmo sentido de pertencimento e tampouco conferem reconhecimento político e social. Na verdade, alguns chegam a afirmar que, até

---

<sup>4</sup> Da literatura atual que analisa criticamente como a identidade gay branca e de classe-média se tornou um modelo prescritivo violento para outras experiências da homossexualidade, destaco as discussões de MANALANSAN (1997, 2003).

nos Estados Unidos, há uma transformação e perda de importância desses espaços, o que tem se dado por uma transformação do espaço urbano, associada à adoção das mídias digitais como “substitutas” da cultura territorializada anterior.

Segundo David M. Halperin, as transformações recentes na cultura gay norte-americana derivam menos de conquistas políticas e maior aceitação social do que de três transformações estruturais articuladas: “a *recapitalização do interior das cidades e a resultante gentrificação dos bairros centrais, a epidemia de HIV/AIDS e a invenção da internet*” (2012, p.433). Também observa que San Francisco chegou a ter 118 bares gays em 1973, mas que, hoje, eles são apenas 33. Muitos de meus colaboradores na incursão etnográfica em San Francisco repetem: “*Internet killed the gay bar*” (a internet matou o bar gay), o tipo de estabelecimento comercial mais popular para homossexuais norte-americanos. De qualquer forma, talvez seja mais acurado dizer que a internet substituiu parcialmente a cultura dos bares, que também perdeu centralidade devido à ascensão de ideais higienistas que desestimulam o consumo de álcool e prescrevem atividades físicas, o que é visível na inabalável importância das academias na sociabilidade gay local.

Em países diferentes, Bruno e Craig buscam negociar suas relações com outros homens de forma a manter os vínculos familiares e garantir condições igualitárias no mercado de trabalho, que ainda presume a heterossexualidade. Como me relatam sobre sua vida no trabalho e em encontros familiares, buscam “passar por” heterossexuais quando lhes é necessário, o que demonstra – apesar de tudo o que os diferencia – como, em ambos contextos nacionais, ainda persiste a demanda da heterossexualidade. Ser ou parecer heterossexual ainda é uma condição necessária para não sofrer discriminação e preconceito, daí manejar a própria imagem e performá-la continua a ser uma experiência comum e poderosa, delimitadora de corporalidade e inclusive de subjetividades, sob constante auto-escrutínio.

Diante do exposto, pode-se dizer que o “armário” continua a ser a forma paradigmática de opressão homossexual e o “assumir-se” seu antídoto universal? Este artigo argumenta que o “armário” é um termo elusivo, cuja persistência teórica tem nos impedido de compreender a lógica dos regimes de visibilidade em que nos inserimos. Assim como a fórmula do “assumir-se” precisa ser situada cultural e historicamente, como uma resposta localizada e datada, para uma problemática que poderia ser melhor compreendida como a continuidade da hegemonia heterossexual, como definidora do que pode ser visto e reconhecido socialmente.



Em outras palavras, o brasileiro mantendo relações homo em segredo e o americano as vivendo de forma aberta continuam a lidar com prescrições de como se comportar que giram em torno de demandas que mantêm a heterossexualidade como desejável, inclusive no visual mais comum dos frequentadores gays das ruas do Castro. Todas as propagandas e a maioria dos homens locais buscam encarnar uma masculinidade insuspeita, muitas vezes até evocando um modelo corporal, de vestimenta e comportamento, que não titubearia em chamar de hiperviril.

Buscando refletir preliminarmente sobre a manutenção de um regime de visibilidade que prescreve a aparência e o comportamento heterossexuais, a seguir farei uma digressão histórica e sociológica sobre o armário. Meu objetivo é desmitificar o ideal prescritivo do “assumir-se”, como suposta liberação e, na parte final do artigo, analisarei a forma como meus colaboradores, na etnografia que desenvolvo em São Paulo, buscam negociar suas relações homossexuais, mantendo uma presumida heterossexualidade no cotidiano. O objetivo é compreender algumas das razões que regem o desejo de “passar por hétero” e buscar parceiros com o mesmo perfil, o que, na parte final, associarei ao contexto de insegurança social em que vivem homossexuais no Brasil e também pela forma como cada geração compreende a homossexualidade em termos morais.

### **Saindo do armário: uma digressão histórico-sociológica**

Segundo John D'Emilio, em seu clássico artigo “*Capitalism and Gay Identity*” (1983), o armário é um mito criado e disseminado a partir do marco histórico de Stonewall. Foi nesse bar gay nova-iorquino que, em junho de 1969, frequentadores enfrentaram uma batida policial e venceram, criando uma data comemorativa em 28 de junho, que, a partir de 1970, passou a ser celebrada com a Parada do Orgulho Gay. Vale sublinhar o caráter local desse evento, que é comemorado próximo do dia da independência norte-americana, 04 de julho, principal feriado patriótico do país e por meio de uma parada. Anos mais tarde, a criação de uma bandeira com listras, imitando o arco-íris (inspirada na bandeira norte-americana), agregou mais um símbolo à luta política que, na década de 1970, era associada à luta pelo que chamavam de liberação sexual.

D'Emilio caracteriza o armário como um mito que vinha preencher a falta de conhecimento histórico sobre a origem das experiências homossexuais prévias. Sem pesquisas sobre o tema, o novo e emergente movimento social

partia do princípio de que a maioria dos homossexuais vivia como eles próprios antes de Stonewall, de forma isolada, em segredo, “oprimidos”, no armário, e que a palavra de ordem da liberação era assumir-se (*coming out of the closet*). Ainda segundo o historiador, essa compreensível expansão da experiência pessoal dos ativistas, como um modelo ou palavra de ordem se baseava em pressupostos essencializantes, como o de que pessoas não-heterossexuais nasceriam assim e apenas viviam oprimidas, esperando por conscientização para demandarem igualdade. Segundo D'Emilio:

Aqui quero desafiar esse mito. Quero argumentar que gays e lésbicas nem sempre existiram. Ao contrário, eles/as são produtos da história e passaram a existir em uma era histórica particular. Sua emergência é associada com as relações do capitalismo; com o desenvolvimento histórico do capitalismo, mais especificamente, seu sistema de trabalho livre (...) (D'EMILIO, 1982, p. 102)

A relação entre o regime de trabalho livre e a emergência das homossexualidades deriva da mudança da estrutura e da função da família como unidade produtora dos próprios bens de consumo. A progressiva separação entre sexualidade e reprodução – que foi radicalizada com a invenção da pílula anticoncepcional – permitiu que o sexo passasse a ser encarado cada vez mais como fonte de prazer, o que impulsionou desejos e a vivência da sexualidade desvinculada de sua regulação procriativa, por meio de instituições como o casamento heterossexual.

É essa separação entre sexualidade e reprodução que traz em cena o prazer e a autonomia corporal, como demandas políticas das classes-médias politizadas, a partir da segunda metade do século XX, com feministas lutando pelo direito ao aborto e ao prazer; homossexuais lutando contra a criminalização e a patologização de práticas ou identidades sexuais, assim como ambos combatendo as discriminações e violências sociais dirigidas contra mulheres e não-heterossexuais. Esse contexto pós-década de 1960 é marcado pela decadência da sociedade industrial, marcada pelo consumo de massas, fundado em um modelo familiar heterossexual e reprodutivo, e a ascensão de uma sociedade mais marcada pelos serviços, o consumo segmentado e o desenvolvimento de estilos de vida que permitem arranjos amorosos e sexuais mais flexíveis e não necessariamente reprodutivos (PRECIADO, 2008; BERNSTEIN, 2010; ILLOUZ, 2012).

Em termos sociológicos e históricos, após algumas décadas de pesquisa, sabemos que, ao contrário do que se pensava na década de 1970,

há registros da existência prévia de socialização homossexual em centros urbanos dos Estados Unidos, Europa e América Latina. As práticas sexuais entre homens e entre mulheres já existiam, mas eram menos visíveis – ou reconhecidas – na vida social porque, em termos econômicos, culturais e políticos, o modelo familiar reprodutivo era a base da manutenção econômica das unidades domésticas e de toda uma ordem econômica, política e institucional. De qualquer maneira, já na primeira metade do século XX, graças a fenômenos como a consolidação de uma sociedade industrial, baseada no trabalho assalariado, assim como por eventos como a II Guerra Mundial, emergem redes de sociabilidade mais visíveis, que, a partir da década de 1960, começariam a formar verdadeiros enclaves urbanos nos Estados Unidos. Em outras palavras, transformações ligadas ao mercado de trabalho, ao consumo, mas também relativas a políticas estatais, criaram as condições estruturais para que emergissem as homossexualidades contemporâneas pós-Stonewall, das quais as mais visíveis e socialmente reconhecidas são as gays e lésbicas.

D'Emilio enfatiza a relação entre capitalismo e a criação de condições para que pessoas passassem a poder viver suas vidas de forma mais individualizada, inclusive no que toca à escolha de parceiros amorosos do mesmo sexo, mas foi Alan Bérubé quem, por sua vez, destacou o papel que o Estado também teve na criação dessas condições, haja vista que, durante a II Guerra Mundial, mais de dezesseis milhões de americanos (dos quais algumas centenas de milhares eram mulheres) se alistaram para o esforço bélico, migrando de suas cidades natais e passando a viver, durante muitos anos, em contextos de homosociabilidade, em que as relações entre pessoas do mesmo sexo tornavam-se mais possíveis.

Apresento essa digressão histórica e sociológica para repensarmos como, até hoje, é comum que pesquisas na área de sexualidade priorizem um modelo intelectualista de compreensão da origem das homossexualidades. Em geral, baseiam-se em fontes como *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber* (2005 [1976]) de Michel Foucault, adotando a criação médico-psiquiátrica do homossexual em 1870 como marco. A despeito da acurácia da informação, no que se refere ao surgimento da preocupação médica e, rapidamente, também legal de perseguição às relações entre pessoas do mesmo sexo, tal marco cronológico não encontra respaldo nas práticas sociais e nas pesquisas históricas sobre como as pessoas viviam sua sexualidade no cotidiano. Em sua esmagadora maioria, as pessoas não entravam em contato

com o vocabulário médico-legal e viviam suas vidas à margem das classificações científicas emergentes (BRICKELL, 2006).

No Brasil, em meu livro *O Desejo da Nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX* (2012), levanto a hipótese de que a criação do serviço militar obrigatório, em 1916, com seu sistema de alistamento baseado em um exame dos candidatos, pode ter sido uma das primeiras práticas sociais massivas em que a suspeita da homossexualidade passava a ser um critério definidor não apenas da seleção dos recrutas mas também o primeiro momento de contato com essa possibilidade sexual para muitos rapazes. Até muito recentemente, era de conhecimento geral que uma das formas de “escapar” ao serviço militar obrigatório era se declarar homossexual, o que tendia a ser evitado por muitos, por temores de passar a portar alguma informação negativa na Carteira de Reservista, documento demandado, até hoje, aos homens brasileiros para quase tudo: desde a retirada da carteira de trabalho, fazer a matrícula na universidade ou retirar um passaporte.

Os registros históricos precisam ser lidos a contrapelo, levando em consideração o que podemos chamar de regime de visibilidade, o qual é intrinsecamente ligado ao código moral hegemônico. Na esfera da sexualidade, regime de visibilidade é uma noção que busca sintetizar a maneira como uma sociedade confere reconhecimento e torna visível certos arranjos amorosos, enquanto controla outras maneiras de se relacionar por meio de vigilância moral, da coibição de sua expressão pública, em suma, pela manutenção dessas outras formas amorosas e sexuais em relativa discrição ou invisibilidade. Um regime de visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana. Assim, um regime de visibilidade é também um regime de conhecimento, pois o que é visível e reconhecido tende a estabelecer as fronteiras do pensável.

A partir do exposto acima, o que é visível, presente nos documentos oficiais e historicizado, frequentemente é o que era socialmente reconhecido, segundo a moralidade reinante e o que permitia o “bom funcionamento” da ordem social. Durante a maior parte do século XX, mesmo entre pessoas de elite, letradas e mais próximas do vocabulário erudito corrente, a compreensão da sexualidade tendia a girar em torno de uma demanda geral de casar-se, ter filhos e manter a unidade familiar sob controle masculino, ou seja, a sociedade esperava dos homens que fossem provedores e “cabeça de casal” e das mulheres

que fossem esposas, mães e submissas (EHRENREICH, 1984; RAGO, 1985).<sup>5</sup> Esse modelo familiar jamais impediu a existência de relações extraconjugais, especialmente dos homens, que tinham amantes, saíam com prostitutas ou, em segredo ainda maior, com outros homens (MISKOLCI, 2012).

Relações extraconjugais eram comuns e, no contexto brasileiro, quase a regra, devido à moral dupla que mantinha as mulheres sob controle dos parceiros, enquanto preservava a liberdade de acesso deles a outras/os parceiras/os sexuais, quer ocasionais ou fixas/os. Em contextos como o norte-americano, Barbara Ehrenreich (1984) afirma que a monogamia e o papel de provedor criaram uma maior demanda coletiva de que os homens não traíssem suas esposas. De certa forma, os escândalos políticos que até hoje tomam as manchetes dos jornais norte-americanos mostram a expectativa coletiva deles de que homens honestos, em especial os detentores de cargos públicos, ou seja, funções modelares, não podem trair. Percebe-se como cada contexto social e histórico cria seus próprios códigos morais e, no caso brasileiro, a permissividade predominou e ainda faz parte do senso comum pressupor que homens tendem a trair/podem trair e, no que toca às relações com outros homens, Peter Fry (1982) mostrou que “masculinos e ativos”, em diversas partes do Brasil, tinham suas relações relativamente toleradas, sem ameaça ao reconhecimento de sua normalidade/heterossexualidade.

Em *O Desejo da Nação* (2012), encontrei fontes históricas para analisar como, na virada do século XIX para o XX, as relações amorosas e sexuais entre homens faziam parte da vida social como uma possibilidade, mesmo que moralmente condenável, para qualquer homem. Em outras palavras, ainda que discursos científicos criassem a figura do homossexual como um ser supostamente distinto do heterossexual, nas práticas cotidianas os homens brasileiros viviam sob a constante ameaça de passarem a ter desejos por outros homens, algo que se temia, segundo o vocabulário da época, como uma forma de degeneração ou “desvio sexual”. Portanto, a ideia de que alguém seria heterossexual ou homossexual, como duas formas incomensuravelmente diferentes de sentir desejo, não se instalou entre nós, como afirmam muitos autores ter ocorrido já em fins do XIX na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, como formas auto-excludentes de expressar desejos e viver a sexualidade. Mesmo nesses contextos usualmente subsumidos no termo Ocidente, pesquisadores como Chris Brickell (2006) defendem que os

---

<sup>5</sup> Vale refletir sobre como as demandas de reconhecimento político e legal das homossexualidades têm se materializado em campanhas pelo direito a se casar, já que o casamento continua a ser a instituição social que transforma sexualidade em amor aos olhos do Estado e da sociedade. Sobre casamento gay e controle social, veja MISKOLCI, 2007.

arquivos podem ser usados de forma a questionar a ideia de que já na virada do XIX para o XX isto aconteceu.

Em concordância com teses históricas e sociologicamente sólidas, como as de Alan Bérubé, David M. Halperin, James N. Green, John D'Emilio e George Chauncey, é possível afirmar que apenas na primeira metade do século XX começam a surgir práticas sociais que levariam a constituir o que hoje compreendemos como homossexualidades. Refiro-me à forma como se tende a imaginar que pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo seriam intrinsicamente distintas das que se relacionam com pessoas do sexo oposto, vistas como a maioria da sociedade. Essa compreensão binária e auto-excludente da sexualidade humana, como constituída por apenas duas orientações do desejo, é contestada pelas evidências históricas e pelos estudos sócio-antropológicos, os quais evidenciam como as pessoas mudam durante a vida assim como transitam entre formas de se relacionar.

Ao menos em parte, essa crença social na homossexualidade como algo à parte, ganhou força nos Estados Unidos, país em que os circuitos de sociabilidade entre pessoas do mesmo sexo geraram bairros gays a partir da década de 1970, onde vidas não-heterossexuais passaram a ser possíveis dentro de um modelo tipicamente norte-americano de constituição de enclaves étnico-raciais, os quais alguns compreenderam inicialmente por meio de analogias com guetos, mas que hoje podemos pensar mais como comunidades vinculadas a circuitos de socialização, consumo e estilos de vida.

Pesquisas como a de James N. Green exploraram um pouco da história brasileira de formação de circuitos homossexuais no Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo seu livro *Além do Carnaval* (2000), é possível afirmar que tivemos uma história com certas similaridades em relação ao caso norte-americano, mas acrescento que também diferenças significativas. Destaco ao menos duas: primeiro, no Brasil, o processo de industrialização e urbanização se deu mais tardiamente e de forma mais dramática, concentrado especialmente entre a década de 1950 e 1980 e, além disso, não resultando na formação de enclaves gays similares aos norte-americanos, antes em circuitos de socialização predominantemente noturnos e mais móveis.

O texto de Edward McRae “Em defesa do Gueto” (2005), escrito no início da década de 1980, mostra como o que então se chamava de “gueto paulistano” não era um território fixo com fronteiras delimitadas; aspecto reiterado por Néstor Perlongher (1986; 2008), em sua análise de como predominavam mobilidades e derivas baseadas no que ele chamou de “código território”. Em um texto mais recente, Júlio Assis Simões e Isadora Lins França

(2005) mostram como o antigo “gueto” paulistano foi dando lugar a um circuito expandido, mais diversificado e comercial. Minha pesquisa atual apresenta a hipótese de que esse circuito se consolida, após 1997, vinculado a uma nova visibilidade homossexual que emerge graças ao menos três marcos históricos: a disseminação da internet comercial, o início da distribuição gratuita do coquetel antirretroviral e uma visibilidade mais positiva, graças ao surgimento de colunas e publicações voltadas a homossexuais, um movimento político mais reconhecido e a Parada do Orgulho paulistana (MISKOLCI, 2013).

Esse novo contexto aprofundou a “desterritorialização” que já caracterizava a sociabilidade homossexual paulistana, de forma que, especialmente por causa das novas mídias digitais<sup>6</sup>, tornou-se possível, por exemplo, formar redes relacionais sem necessariamente frequentar boates ou bares gays. De forma aparentemente paradoxal, desde o final dos anos 1990, sujeitos com vidas cotidianas em que a heterossexualidade é pressuposta ou demandada passaram a poder desenvolver relações com pessoas do mesmo sexo, sem se expor no espaço público e/ou locais reconhecidos como homossexuais. Esse cenário pode ser visto como mais democrático, já que criou uma forma tecnológica para que sujeitos com impedimentos os mais diversos para ter vivências homossexuais passassem a ter acesso a elas<sup>7</sup>. Ao mesmo tempo, é necessário sublinhar que sua sociabilidade mediada passou a ser ainda mais moldada pelo mercado, suas mensagens e modelos comportamentais, pois as novas mídias são intrinsecamente comerciais.

Ao menos para minha rede de colaboradores, essas mídias acenaram com um atrativo único: elas permitiram criar contatos homoeróticos, mantendo-os presumidamente como heterossexuais na família, na escola, no trabalho e no espaço público. Portanto, um grande avanço tecnológico pode ser usado de forma a preservar as relações homoeróticas em segredo e na intimidade mantendo a hegemonia heterossexual na vida pública e evitando conflitos e/ou retaliações sociais. Em contraste com essa forma brasileira de lidar com a homossexualidade, evitando conflitos e, de certa forma, buscando

---

<sup>6</sup> Denomino de mídias digitais o conjunto articulado de tecnologias da informação e seus suportes, portanto, englobando tanto a internet acessada por meio de computadores conectados à rede telefônica quanto *tablets* e *smartphones* conectados por meio da rede celular. Enquanto nos computadores usam-se plataformas de socialização acessíveis por meio de navegadores, nos *tablets* e celulares inteligentes predomina o uso de aplicativos, programas com usos específicos e singulares. Para um discussão teórico-metodológica sobre os usos de mídias digitais, consulte MISKOLCI, 2011.

<sup>7</sup> Como mostram as pesquisas desenvolvidas por meus orientandos no interior de São Paulo, *Marcas do Desejo*, de Keith Diego Kurashige, e *Vitrine do Desejo*, de Rodrigo Casaut Melhado, ambas financiadas pela FAPESP, as mídias digitais tiveram impacto profundo nas cidades médias, pequenas e na zona rural, pois passaram a prover uma possibilidade inédita de socialização homoerótica para pessoas em contextos sem circuitos comerciais segmentados para um público homossexual.

conciliações com família, trabalho e sociedade, nos Estados Unidos é mais forte a força cultural do individualismo liberal e do culto do *self made man* na formação de uma identidade gay. O mesmo que gerou lá distanciamento das famílias e adoção de estilos de vida individualizados, em que relações entre pessoas do mesmo sexo ganharam centralidade, no Brasil, deu-se de maneira que as pessoas buscaram manter suas vidas amorosas em uma zona que a muitos pode parecer como de segredo e ocultação, mas que análises mais próximas permitem compreendê-las como sendo de negociação.

O *script* norte-americano que começa com o armário, passa pelo *coming out* e culmina na adoção de uma identidade *gay* é prescritivo, mas, além disso, só faz sentido em uma sociedade historicamente marcada pelo ideal do *self made man*, aquele que faz a sua própria história dentro do sistema capitalista. Assim, o jovem de classe-média, geralmente branco e cristão, que conta para os pais que é gay, confronta-os com sua sexualidade de forma a colocar à prova a sinceridade dos laços familiares. O resultado, quer seja o da aceitação dos pais ou da recusa, aloca o “assumido” em uma posição respeitosa, individualizada e adulta no contexto social americano. Daí a expressão *out and proud* (assumido e orgulhoso).

Vale refletir como esse “assumir-se” frequentemente resultou e resulta em um distanciamento das famílias e a entrada definitiva em um estilo de vida gay, que encontra morada em bairros específicos, espaços de socialização voltados para esse segmento social e amplas redes relacionais que acenam com o suporte possivelmente perdido ou enfraquecido da unidade familiar. Assumir-se cobra seu preço, não só na possível relação conturbada com a família, mas porque a esfera de sociabilidade gay também têm seus modelos e ideais. David M. Halperin (2012, p.52) analisou recentemente como a saída do armário homossexual da geração do *Gay Liberation* (entre os anos 1970 e 1980) se baseou em uma masculinização compulsória, justificada pelo ideal de se passar da hierarquia à igualdade. A “masculinização” visava superar a suposta desigualdade dos casais formados por um homem mais másculo e ativo e outro mais feminino e passivo criando o modelo gay-gay, formado por dois homens igualmente masculinos e sexualmente versáteis. Trata-se de um modelo que se impôs às custas do que hoje denominaríamos de efeminofobia e mesmo de transfobia, já que o deslocamento dos gêneros também era recusado. O resultado foi a criação de um ideal gay poderoso em termos políticos, comerciais, midiáticos e até mesmo acadêmicos.

Além dos estudos históricos, também pesquisas etnográficas sociológicas, antropológicas e da área da *Queer of Color Critique* têm



problematizado a universalidade e a abrangência do armário e do *script* do *coming out*, em suma, da própria identidade gay. Ela tem uma marca de classe, raça e religião, respectivamente das classes mais afluentes, brancas e protestantes ou agnósticas, mas, nem mesmo dentro desse estrato social bem delimitado, ela se espalhou completamente. Ainda que seja comum a associação entre manter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo em segredo, ou no *down low* (algo similar à prática brasileira definida como “na encolha”), como algo mais comuns entre negros e latinos; pude constatar em San Francisco que se trata de prática também entre homens brancos e de classe-média.

Em outras palavras, a centralidade de certas formas de compreensão da sexualidade pode ter menos a ver com sua preponderância social do que com sua proximidade do universo cultural de ativistas e pesquisadores/as, o que termina por criar modelos de reflexão e a influenciar a seleção e a análise de experiências sociais. O armário e o *script* do “assumir-se” que delimitam a identidade gay e lésbica, portanto, geraram um regime de visibilidade hegemônico que tendeu a delimitar parte dos estudos sobre homossexualidades nos Estados Unidos e até mesmo no Brasil.

De forma compreensível, é comum que pesquisadores/as escolham como colaboradores das investigações pessoas que se engajam mais abertamente em relações homossexuais, o que pode ajudar a compreender a produção recente sobre circuitos noturnos de frequência homossexual. Apesar da importância e da boa qualidade da maioria dessas pesquisas, elas tendem a minorar a centralidade da vida social cotidiana, em esferas nas quais os sujeitos passam a esmagadora maior parte de seu tempo negociando a informação sobre sua vida sexual, ou seja, na família, no trabalho e na escola. Em suma, nota-se a necessidade de somar a elas também investigações que se voltem para a realidade da maioria dos sujeitos que vivem suas vidas sexuais em relativo segredo.

*A Epistemologia do Armário* (1990) de Eve Kosofsky Sedgwick desferiu um dos primeiros golpes no regime de visibilidade, criticado acima, ao enfatizar que a homossexualidade se constituiu historicamente associada ao segredo e que sua vivência foi marcada, durante todo século XX, por essa demanda opressiva de invisibilidade no espaço público, no trabalho e, sobretudo, na vida familiar. De certa maneira, sua obra deslocou a problemática do armário de seu enquadramento individual e prescritivo do “assumir-se gay” para um contexto social e histórico mais poderoso do que os indivíduos e suas vontades.

Em termos epistemológicos, Sedgwick trouxe ao centro das pesquisas uma problemática que marca a maior parte das vidas de pessoas que se envolvem com outras do mesmo sexo: a gestão do segredo e da visibilidade mostrando que visibilidade ou invisibilidade estão intrinsecamente associadas a regimes de verdade, a códigos morais, a valores que fogem ao controle dos indivíduos. Talvez seja esse foco no armário, como um regime de visibilidade/moral, que tenha tornado sua recepção tão positiva no contexto brasileiro, pois ela fala a nós mais proximamente do que as reflexões e pesquisas que focam nas homossexualidades, como abrangendo as que são necessariamente visíveis ou delimitadas por categorias como gay e lésbica.

Se incorporarmos criativamente as reflexões de Sedgwick, as fontes etnográficas mais recentes da *Queer of Color Critique* e de parte dos estudos de sexualidade brasileiros mais afeitos ao diálogo com a Teoria Queer<sup>8</sup>, constataremos que o duo armário-assumir-se é não apenas algo cuja dinâmica é circunscrita predominantemente à experiência norte-americana das classes superiores brancas, mas, principalmente, é apenas uma das formas de articulação entre visibilidade e regime de verdade, entre o que uma sociedade reconhece como existente dentro de um enquadramento moral. Há outras formas diferentes, inclusive nos Estados Unidos, de vivenciar e negociar a experiência de se engajar em relações amorosas e/ou sexuais com pessoas do mesmo sexo, com as demandas familiares e sociais de heterossexualidade.

Dáí considerar que seria salutar que voltássemos nosso olhar também para as pessoas que vivem suas relações em segredo, buscando compreender que suas estratégias e táticas respondem a constrangimentos sociais que precisamos identificar e analisar. Algo é certo, tanto o “armário” quanto essas outras formas de negociar a visibilidade, em busca de segurança, têm dependido da habilidade de alguns sujeitos de “passarem por” hetero. Quanto melhor sucedidos/as, em manter uma aparência heterossexual, mais seguros no emprego, no espaço público e mesmo no meio familiar. Essa aparência hétero é construída especialmente por uma performance de gênero heterossexual e pela simulação convincente de sinais de uma sociabilidade pautada pelos rituais amorosos com pessoas do sexo oposto. É importante sublinhar que o “passar por” não é uma opção, antes uma estratégia de sobrevivência em um contexto social hostil, no caso, heterossexista. “Passar

---

<sup>8</sup> Dentre as investigações brasileiras nessa linha, destaco a forma criativa com que Larissa Pelúcio pesquisou como os clientes de travestis paulistanas lidam com o segredo sobre sua sexualidade em *Abjeção e Desejo* (2009) e o trabalho pioneiro de Fernando Seffner, orientado por Guacira Lopes Louro, defendido como tese de doutorado com o título *Derivas da Masculinidade* (2003).

por” é uma performance contínua, reflexiva e que demanda um alto grau de autocontrole subjetivo e corporal dos sujeitos.<sup>9</sup>

Em síntese, é fundamental analisar criticamente a continuidade da hegemonia heterossexual no espaço público, na ordem jurídica, na vida institucional e, sobretudo, na família, pois ela é que rege essa demanda de “passar por”. Quer vivendo abertamente a homossexualidade ou em segredo, o modelo do bom cidadão ainda é hétero, de forma que – com variações – o “passar por” é constantemente acionado e até desejado, o que minha pesquisa comprova ser uma demanda na busca de parceiros do mesmo sexo com o uso de mídias digitais, quer no Brasil, onde ainda se busca alguém “fora do meio”, quer nos Estados Unidos, onde a busca é por homens masculinos, *straight acting* e similares.

### **“Procura um cara fora do meio como eu”: gerindo a visibilidade homossexual no Brasil**

Em nosso país, meu campo de mais de cinco anos na cidade de São Paulo e as pesquisas em desenvolvimento por meus orientandos no interior do Estado, sugerem que há uma predominância da vivência da homossexualidade em segredo, em relação às famílias e aos colegas de trabalho, provavelmente porque a maioria depende do suporte familiar e não pode correr risco de sofrer alguma retaliação no trabalho. O que se passa entre nós é a tentativa constante, difícil e muitas vezes dolorosa, de negociar a própria sexualidade, sem que ela comprometa sua aceitação familiar, no trabalho e na vida social como um todo.

A evitação brasileira do confronto e do rompimento de laços é menos discursiva do que a estadunidense, pois, entre nós, os silêncios e os subentendidos funcionam como formas de negociar o que não se quer trazer às palavras. Trata-se de uma interação em que as demandas de heterossexualidade não são confrontadas diretamente, mas também não são necessariamente atendidas e passam a ser negociadas de forma indireta.

Bruno mesmo conta que já levou amigos gays e até um “caso” para conhecer sua família em Minas Gerais, mas *“não disse nada e minha família não parece ter desconfiado. Meus amigos também são bem discretos.”*

---

<sup>9</sup> De forma curiosa, essas pessoas que “passam por hetero” recusam uma identidade gay e lésbica, procurando aproximação de uma presumida heterossexualidade, sem, no entanto, necessariamente exercê-la. Valeria a pena refletir, em outro momento, sobre como essa dinâmica pode ser associada ou contrastada com as experiências contemporâneas das transexualidades, em que o “passar por” tende a ser associado ao sucesso transexualizador, ou seja, quando um transhomem (de mulher para homem), por exemplo, é reconhecido como homem no cotidiano.

Perguntado se, ao levar namorado e amigos, ele queria que a família, de alguma maneira, reconhecesse sua homossexualidade, ele acrescenta: *“acho que seria legal se eles percebessem sem fazer disso um drama, notando que eu continuo o mesmo.”* Aqui fica perceptível como o “passar por” não significa necessariamente esconder-se ou negar a homossexualidade, antes pode ser uma forma de negociar a aceitação familiar evitando confrontar suas expectativas.

O fato acima é corroborado pela experiência de Bruno de ter um primo professor universitário, que ele sabe ser gay, que já foi à cidade natal com um provável namorado e a família “fingiu não notar”. A informação sobre a sexualidade dele foi insinuada, não escondida ou negada, e a reação familiar ao primo deixou Bruno à vontade para fazer visitas com amigos gays e/ou um “caso”. O mostrar com cautela do primo e a recepção discreta da família estabeleceram um padrão seguro para que Bruno fizesse o mesmo. Ambas as situações fazem pensar sobre o fato de que há negociações da visibilidade que não podem ser resumidas ao par segredo-revelação e que, ao menos nesses casos, parecem privilegiar o respeito mútuo, em que limites de aceitação e/ou visibilidade são negociados com cautela.

Negociação e cautela são termos que marcam essa dinâmica que gira em torno do objetivo de manter laços familiares, que são claramente marcados pelo interesse de ambas as partes em manter a unidade familiar. É inegável, no entanto, que, quando namora uma mulher, a família de Bruno a reconhece, quer notícias dela e até demanda sua presença em eventos especiais. Pergunto se ele queria que o mesmo se passasse com um rapaz e ele afirma que *“apenas se não fosse constrangedor”*. Bruno diz preferir que ele fique livre para “levar um amigo”. Assim, percebe-se que a negociação pelo não-dito não privilegia só a família, mas atende ao seu próprio desejo de não ser obrigado a explicitar sua homossexualidade.

Como meus outros colaboradores que se apresentavam como macho ou *brother*, nos bate-papos e sites de busca de parceiros, Bruno partilha de marcas de origem, geracionais, de classe, raciais, gênero e até profissionais similares. Todos eles nasceram em outras cidades do interior de São Paulo ou de Estados vizinhos, têm mais de 30 anos e menos de 45, são de classe-média ou alta, brancos, com postura heterossexual<sup>10</sup> e têm profissões tradicionais

---

<sup>10</sup> O termo “postura heterossexual” foi usado por um de meus colaboradores, mas também se ajusta à forma como os outros participantes da pesquisa se descrevem, ou seja, como “machos”, “hetero”, “que passa por hetero”, “discreto”. O termo sintetiza, entre outros aspectos, corporalidade, modo de se vestir, gestual, tom de voz, jeito de falar e vocabulário, em suma, um conjunto de características físicas, de estilo e performance de gênero que costuma ser reconhecido ou presumido socialmente como sinal/prova de heterossexualidade.

como médicos, advogados ou que lidam com administração e *marketing*. Nascidos ainda durante a Ditadura Militar (1964-1985), vivenciaram a chegada à adolescência e vida adulta durante o auge da epidemia de hiv/aids e em um cenário social em que as homossexualidades tinham menor visibilidade no Brasil e eram associadas mais fortemente do que hoje com um comportamento desviante ou marginal. A maioria deles também tem em comum a experiência de se relacionarem, com maior ou menor frequência, também com mulheres e terem começado a buscar parceiros homens a partir do surgimento da internet comercial no Brasil, em 1997.

O uso das mídias digitais por meus colaboradores foi impulsionado pela tentativa de não expor publicamente seus desejos homoeróticos e encontrar parceiros “fora do meio gay”, na época associado fortemente à promiscuidade e ao risco de contrair hiv/aids (cf. FRANÇA, 2010, p.50 ; ZAMBONI, 2012, p. 12). Ao pedir que me dessem exemplos de homens “fora do meio” ou “de verdade”, frequentemente descreviam a si próprios ou imagens midiáticas que, curiosamente, circulavam até na mídia voltada para homossexuais. Em geral, eram imagens de homens jovens, com corpo malhado, cabelos curtos, alguns com barba ou cavanhaque. Eram homens que, ao menos para pessoas que circulam em locais gays em metrópoles como São Paulo ou Rio de Janeiro, poderiam ser também reconhecidos como homossexuais de perfil masculino.

Demorei a perceber que a ênfase no corpo malhado, como sinônimo de “fora do meio”, exigia recuperar representações correntes, entre o início da epidemia de aids até a comprovação da eficácia do coquetel antirretroviral no final da década de 1990, sobre os gays “do meio”, ou seja, sobre homens sabidamente homossexuais. Alguns de meus colaboradores relatam lembrar da capa chocante da revista *Veja* com a face macilenta de Cazuzu e uma manchete descrevendo-o como um doente de aids que agonizava em praça pública. Discursos e imagens associavam gays a comportamento sexualmente promíscuo, risco de contaminação pelo vírus hiv, o que os levaria a se tornarem – em termo corrente da época, “aidéticos” – compreendidos como homens moralmente condenáveis, cuja transgressão seria lida em seus corpos e em suas faces adoecidas.

Os fatos acima ajudam a compreender porque meus colaboradores, até hoje, usam essa expressão surgida no auge da epidemia, a “procuro alguém fora do meio” e associam homens discretos a “sarados”, ou seja, com uma corporalidade em que músculos são vistos como sinônimo de saúde e/ou aparência heterossexual. Na década de 1990, a construção desses corpos

musculosos ganhou impulso no Brasil, segundo diversos autores, como uma resposta à epidemia gerando a expressão “Geração Saúde” (MASSENO, 2011)<sup>11</sup> e logo açando-os a ícones ou modelos corporais no próprio circuito de festas gays, inicialmente mais populares no Rio de Janeiro, mas logo chegando a São Paulo.<sup>12</sup>

Assim, o “cara discreto” no qual se reconhecem meus colaboradores e é buscado também como parceiro preferencial não é necessariamente/exatamente um homem heterossexual. Na fala de um informante abertamente gay que já se envolveu com um de meus colaboradores que usava o apelido de “Macho”, o que eles buscam é “um cara que passa por hétero.” O “passar por” se revela tão central na forma como lidam consigo próprios quanto na busca de parceiros, ou seja, eles querem continuar “heterossexuais” aos olhos da maioria, daí procuram parceiros que não ameacem esse desejo.

Musculação, prática de esportes e consumo de suplementos alimentares são tão importantes para eles quanto o uso de bate-papos, sites de busca de parceiros e aplicativos para a criação de contatos amorosos e/ou sexuais. Tecnologias corporais e de comunicação se fundem como verdadeiras tecnologias de gênero, acionadas para “encarnarem” a heterossexualidade, gerindo a invisibilidade de suas relações com outros homens. Mas, os mais bem-sucedidos são os que efetivamente se engajam em relações com mulheres na vida social e familiar e buscam restringir as relações com pessoas do mesmo sexo à vida íntima e secreta. Esse relativo sucesso os coloca em dilemas morais e no estresse de gestão de dois relacionamentos que não podem se encontrar. Uma gestão atualmente feita com uso de celulares, *tablets* e computadores, nos quais usam plataformas e aplicativos, tentando criar relações homossexuais sob controle, o que não os mantém a salvo do fantasma de ser “descoberto” ou reconhecido como homossexual. A tentativa constante de evitar isso causa-lhes tensão e desconforto expressos em reclamações constantes de solidão e sofrimento.

Como já analisei noutro lugar (MISKOLCI, 2013), essa forma de tentar conciliar as demandas de heterossexualidade com seus desejos por outros homens evoca um paralelo com a forma brasileira de lidar com o casamento heterossexual, que – historicamente – permitiu aos homens conciliar esposa,

---

<sup>11</sup> Sobre esse fenômeno da ascensão cultural do corpo musculoso e depilado como modelo gay no contexto norte-americano, consulte PETERSON and ANDERSON (2012).

<sup>12</sup> Segundo Isadora Lins França (2010, p.67; p.109), esse modelo corporal despontou nas festas X-Demente, no final da década de 1990, no Rio e, em São Paulo, em boates como a já fechada Level.

como parceria oficial, e amantes, em relativo segredo ou discrição. Em outras palavras, são as maneiras socialmente mais disseminadas de lidar com pressões coletivas e desejos que as contradizem que são acionadas, na tentativa, bem nacional, de conciliar, ao invés de romper com expectativas sociais e familiares. Inclusive no caso de homens que passam a se envolver com outros homens, mas que – como todos – foram criados para serem homens heterossexuais, usufruindo da dupla moral que, mesmo quando em um relacionamento, lhes permite e premia com acesso a outras parceiras. O complicador, no caso de meus colaboradores, é que buscam alocar – em geral sem sucesso – um homem, no local da tradicional amante mulher.

Percebe-se como é elusivo separar analiticamente homo e heterossexualidade, pois elas não são dois universos distintos e apartados, antes constituem formas relacionais em constante contato. O pressuposto da diferença e incomensurabilidade entre as duas foi historicamente pontual e mais forte no contexto norte-americano, o que gerou a maior parte dos estudos gays e lésbicos a partir da década de 1970. Fenômenos como a epidemia de hiv/aids na década de 1980 e a emergência da Teoria Queer abalaram essa forma de compreender as práticas sexuais como estanques e intransitivas. Lá, como aqui no Brasil, as pesquisas sobre a disseminação da doença mostraram, por exemplo, que homens socialmente reconhecidos como heterossexuais muitas vezes se engajavam em relações sexuais – esporádicas ou não – com outros homens. Hoje, diria que a jamais provada fronteira entre homossexualidade e heterossexualidade revelava-se não apenas inexistente, mas fundada em algo aqui definido como um regime de visibilidade heterossexual que ainda precisamos problematizar.

Mas uma questão permanece: a que responde o desejo de meus colaboradores de manter a heterossexualidade presumida, assim como a busca de parceiros que “passem por hétero”? Até o momento, aventei duas hipóteses que podem ser somadas. Primeiro, a de que buscam evitar possíveis violências.<sup>13</sup> Em uma sociedade como a brasileira, marcada por formas diversas de discriminação e preconceito, com relação a sexualidades não-heterossexuais, são amplamente conhecidos os fenômenos do *bullying* nas escolas, da violência contra homossexuais no espaço público e mesmo formas mais sutis – mas nem por isso menos poderosas – de discriminação no trabalho, assédio moral e outras experiências negativas em esferas institucionais. Soma-se a isso a inexistência de direitos iguais e, portanto, de garantias civis básicas para

---

<sup>13</sup> Agradeço a Raewyn Connell por ter me sugerido explorar esse aspecto em minha pesquisa.

que sujeitos não-heterossexuais sintam-se seguros no caso de serem assim reconhecidos em contextos como o mercado de trabalho.

A segunda hipótese é sobre a necessidade deles de evitarem não apenas violências tão claras e socialmente visíveis mas outras de caráter mais subjetivo, vinculadas ao julgamento moral negativo sobre seus desejos. Meus colaboradores, como homens que alcançaram a adolescência e a vida adulta no auge da epidemia de aids, foram expostos a representações sociais que os levaram a associar seus desejos homoeróticos com algo potencialmente perigoso e ameaçador e a homossexualidade como moralmente repreensível. Daí seu comprometimento com o regime de visibilidade hegemônico na época em que iniciaram suas vidas sexuais, que demandava que as homossexualidades fossem “higienizadas”, tornassem-se “masculinas” e “saudáveis”, no fundo, ganhando reconhecimento quanto menos se diferenciavam da heterossexualidade.

Um regime de visibilidade funciona em uma forma de *chiaro-schuro*, no qual o que é socialmente reconhecível é iluminado, visível e reconhecido, enquanto o que é menos visível fica na sombra, na relativa invisibilidade ou em uma espécie de marginalidade obscena. De certa forma, a homossexualidade mantém esse caráter obscuro para meus colaboradores na pesquisa, já que obscuro, além de algo inaceitável, também significa fora de cena, fora da visão, o que não pode ser mostrado. Obscuro e abjeto se revelam aparentados, especialmente para a geração deles, impactada por uma espécie de repatologização da homossexualidade, como perigo epidemiológico (PELÚCIO e MISKOLCI, 2009).

A homossexualidade adquiria, naquele contexto, uma conotação de risco de contaminação, vergonha e morte. E é de se pensar se, nas mentes e nos corações de meus colaboradores, ela algum dia deixou de ser assim. Ainda que eles raramente mencionem aids ou DSTs revelam uma recusa de tudo o que possa ser associado ao “meio gay”, onde imaginam estar pessoas “promíscuas e que usam drogas”. Associam homens com sinais visíveis de homossexualidade com tudo o que recusam, de forma que seu desejo – ainda quando dirigido a outros homens – forluciu todos que possam ser identificados como homossexuais, quer por uma corporalidade insuficientemente viril, quer pelos locais em que se sociabilizam.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Há uma vasta bibliografia sobre a aids não apenas como epidemia biológica, mas também de representações, as quais passaram a marcar a compreensão das homossexualidades desde a década de 1980. Destaco a obra de Paula A. Treichler *How to have theory in an epidemic: cultural chronicles of aids* (2004), em especial o capítulo “AIDS, HIV, and the cultural construction of reality” e, mais recentemente, o artigo “A Prevenção do Desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes” (2009) de Larissa Pelúcio e Richard Miskolci.



Antes de concluir, vale a pena refletir brevemente sobre as classificações que marcam seus discursos e práticas, já que, como observam Simões, França e Macedo (2010, p.41): “A *classificação é o processo pelo qual indivíduos tornam-se sujeitos e atores sociais apropriando-se ou sendo levados a se reconhecerem em determinadas identidades; o que, por sua vez, lhes abre determinados cursos de ação.*” Ao afirmarem-se como “machos”, “discretos” e, algumas vezes, utilizarem *online* apelidos como *brother* ou *brow*, buscam afirmar seu pertencimento à esfera de uma masculinidade que se confunde também com classe e raça, já que desprezam tanto “afeminados” quanto se diferenciam de “manos”, homens de performance masculina, em geral de pele mais escura, mais pobres e moradores de bairros periféricos.

Assim, usando mídias digitais, unem uma prática masculinizante, a da busca/caça, com outra que os fortalece moralmente, a da triagem dos parceiros, de forma a tentar fazer frente ao fantasma de promiscuidade que ronda suas experiências desde a descoberta da (homos)sexualidade na época do pânico sexual da aids. De forma mais específica, o segredo sobre suas relações com outros homens se associa ao engajamento deles na manutenção de fronteiras que idealizam sua origem familiar branca e de classe-média, como espaço limpo e seguro, a despeito das ameaças e/ou violências vividas nesse modelo familiar que lhes demanda a heterossexualidade como a moeda do reconhecimento e da aceitação. É nesse enquadramento moral que negociam sua agência/desejo, por meio de táticas e estratégias como o encobrimento e o segredo, em formas muitas vezes contraditórias, mas reveladoras sobre valores que regem suas vidas e a de muitos outros/as na sociedade brasileira contemporânea.

## Referências

BÉRUBÉ, Alan. *Coming out under fire: the history of gay men and women in world war II*. University of North Carolina Press, 2010.

BERNSTEIN, Elizabeth. *Temporarily Yours: intimacy, authenticity, and the commerce of sex*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

BOND, Lisa; WHEELER, Darrel P et alli. "Black men who have sex with men and the association of down-low identity with HIV risk behavior" In: *American Journal of Public Health, Sup. 1, v. 99, pp. , 592-595, 2009*.

BRICKELL, Chris. "Sexology, the Homo/Hetero Binary, and the Complexities of Male Sexual History" In: *Sexualities*, London, Sage, v. 9, n.4, pp.423-447, 2006.

CHAUNCEY, George. *Gay New York: gender, urban culture, and the making of the gay male world, 1890-1940*. New York: Basic Books, 1994.

D'EMILIO, John. "Capitalism and Gay Identity." In: SNITOW, Anna et alli. *Powers of Desire*. New York: Monthly Review Press, 1983. pp. 100-113

EHRENREICH, Barbara. *The Hearts of Men: American dreams and the flight from commitment*. New York: Anchor Books, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. São Paulo: Graal, 2005.

FRANÇA, Isadora Lins. *Consumindo Lugares, Consumindo nos Lugares: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado em C. Sociais, PDCS-UNICAMP, Campinas, 2010. 309 p.

FRY, Peter. "Da hierarquia à igualdade." In: *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. pp. 87-115.

GREEN, James N. *Além do Carnaval: homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

HALPERIN, David M. *How to be gay*. Cambridge: University of Harvard Press, 2012.

ILLOUZ, Eva. *Why Love Hurts*. London: Polity Press, 2012.

MANALANSAN IV, Martin F. *Global Divas: filipino gay men in the diaspora*. London/Durham: Duke University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. "In the shadows of Stonewall: examining gay transnational politics and the diasporic dilemma" In: LOWE, Lisa and LLOYD, David (Orgs.) *The Politics of Culture in the Shadow of Capital*. Durham: Duke University Press, 1997. pp.485-503

MASSENO, André. O rosto do desejo: posições e (en)cantos In: *Anais do XV Encontro Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro: CiFeFil, 2011. pp. 2215-2222

MCRAE, Edward. "Em defesa do gueto" In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005. pp. 291-308.

MISKOLCI, Richard. “Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas online” In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: IEG-UFSC, v. 21, n. 1, pp. (no prelo) , 2013.

\_\_\_\_\_. “Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais” In: *Cronos*. Natal: UFRN, v.12, pp. (no prelo), 2011.

\_\_\_\_\_. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.

\_\_\_\_\_. “Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay.” In: *cadernos pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, n.28, pp.101-128, 2007.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.

PELÚCIO, Larissa e Miskolci, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes In: *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. Rio de Janeiro: CLAM-UERJ, 2009. Disponível online: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludSociedad/article/viewArticle/29/132>

PELÚCIO, Larissa e DUQUE, Tiago. “Homossexualidades, estigmas e o discurso preventivo às DST/AIDS no Brasil ou como os gays deixaram de ser homens que fazem sexo com homens” In: *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis: UFSC, 2010. Visitado em 03/05/2013: <http://www.tiagoduque.com/pelucio.pdf>

PERLONGHER, Néstor O. *O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008 [1987].

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonque*. Barcelona: Espasa, 2008.

PETERSON, Grant Tyler e ANDERSON, Eric. “Queering Masculine Peer Culture: Softening Gender Performances on the University Dance Floor” In: LANDREAU, John C. e RODRIGUEZ, Nelson M. *Queer Masculinities: a critical reader in education*. London/New York: Springer, 2012. pp.119-138

RAGO, Margareth. *Do Caberé ao Lar*: São Paulo: Paz e Terra, 1985.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *The Epistemology of the Closet*. Los Angeles: University of California Press, 1990.

SEFFNER, Fernando. *Derivas da Masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual*. Tese de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRGS, Porto Alegre, 2003. 260 p.

SIMÕES, Júlio Assis e FRANÇA, Isadora Lins. “Do gueto ao mercado” In: GREEN, James N. & TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo* São Paulo: Editora Unesp, 2005. pp.309-336

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins e MACEDO, Marcio. “Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo.” In: *cadernos pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero-UNICAMP, n.35, pp.37-78, 2010.

TREISCHLER, Paula A. *How to have theory in an epidemic: cultural chronicles of aids*. Durham: Duke University Press, 2004.

ZAMBONI, Marcio. *Dor, ressentimento e negociação: homossexualidade e soropositividade na trajetória de um herdeiro*. Teresina: XV Encontro de C. Sociais do Norte e Nordeste, 2012.